EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL E MAGISTÉRIO

Kátia Augusta Coutinho Carranza

RESUMO

O texto apresenta uma breve reflexão sobre a educação feminina no Brasil desde o período Colonial até os tempos atuais. A educação da mulher no Brasil não tinha como objetivo elevar a mulher à culminância cientifica e literária. Também não se pretendia prepará-las para funções profissionais, ainda consideradas incompatíveis com a sua capacidade intelectual e desnecessárias às missões que lhe foram reservadas por natureza: o lar e a maternidade. O magistério na vida da mulher é um prosseguimento da maternidade, que surgiu através da vocação e da vontade de ser independente financeiramente, quebrar barreiras e preconceitos culturais impostos por uma sociedade machista. Infelizmente no século XXI ainda há reflexo dessa cultura, principalmente para as mulheres de baixa renda. Contudo, a mulher já deu vários passos para a sua independência, um deles foi poder estudar nas Academias e poder escolher a mesma profissão que o homem, mesmo com uma certa discriminação salarial.

Palavras-chave: Educação da mulher. Magistério. Sociedade.

INTRODUÇÃO

O tema *Educação da mulher no Brasil e magistério* surgiu através da constatação das dificuldades que as mulheres tiveram em se inserir na sociedade de forma igualitária, começando pela educação.

A educação da mulher ainda hoje, nos tempos modernos, é um reflexo da educação dos tempos do Brasil Colonial. Percebemos que a história da educação é narrada pela ótica das classes dominantes e é também androcêntrica, isto é,

centrada na figura masculina, porque os direitos, deveres, aspirações e sentimentos das mulheres se acham há milênios, subordinados aos interesses do homem.

Hoje vivemos no mundo globalizado em que a conquista da autonomia feminina depende também do grau de escolarização e possível inserção no mercado de trabalho. Contudo, além de ingressar no campo profissional, a mulher ocupa-se com tarefas domésticas e da educação dos filhos. A conseqüência tem sido a dolorosa dicotomia de uma vida tornada “estressante”, dilacerada pela dupla jornada de trabalho.

Através deste artigo, pretende-se analisar a trajetória histórico-social e educacional da mulher no Brasil; a fim de subsidiar a compreensão do papel da mulher no lar e a sua importância; a valorização da sua competência intelectual e profissional; bem como o reconhecimento da importância da educação igualitária para a realização pessoal da mulher.

Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, através de autores conceituados e pesquisa *webgráfica*, as quais não se resumiram a uma descrição detalhada e panorâmica do tema abordado, mas obedeceram a caminhos metodológicos precisos, de forma racional, lógica e sistêmica, no sentido de, elucidar o objeto de estudo, aprofundando a sua compreensão de forma crítica e reflexiva.

Ressaltamos a importância de incluir a mulher na sociedade, desenvolvendo suas habilidades e competências, visto que ela tem a mesma capacidade cognitiva que o homem, podendo administrar concomitantemente o lar, a vida profissional e a pessoal. Portanto, a importância dessa pesquisa se dá pela necessidade de valorização da mulher na sociedade globalizada. Conhecer a história da educação feminina no Brasil é valorizar a importância do papel da mulher não só no seio familiar, mas principalmente em toda a sociedade.

1 A EDUCAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

Segundo Lopes, Faria Filho e Veiga (2003, p.79), a questão da educação da mulher nos remete à tradição ibérica, transportada de Portugal para a Colônia brasileira: às influencias da cultura árabe naquele país. Durante 800 anos d.C os homens consideravam as mulheres um ser inferior. O sexo feminino fazia parte do *imbecilus sexus*, ou sexo imbecil. Uma categoria que incluía mulheres, crianças e doentes mentais.

As mulheres da corte aprendiam em Portugal o abecedário ditado pelas regras masculinas, por exemplo: A - amiga de sua casa, H - humilde a seu marido, M - mansa, Q - quieta, R - regrada, S - situada, entre outros atributos. Era essa, portanto, a mentalidade da época sobre a instrução feminina em Portugal, e, portanto, a que foi ampliada e difundida no Brasil.

Durante 322 anos – de 1500 a 1882 – período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, marido e os filhos. As mulheres, fossem brancas, ricas, pobres, negras, escravas e indígenas, não tinham acesso à arte de ler e escrever.

Por incrível que pareça, a primeira reivindicação feminina no Brasil partiu dos indígenas brasileiros, que procuraram o Padre Manoel de Nóbrega para pedir que ensinasse suas mulheres a ler e escrever. O Padre, sensibilizado, mandou uma carta à Rainha de Portugal, Dona Catarina, ainda no início da colonização, solicitando educação para as índias. Alegando que se a presença e assiduidade feminina era maior nos cursos de catecismo, por que também elas não podiam ler e escrever?

Os indígenas consideravam a esposa uma companheira, não encontrando razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Isso porque o trabalho e o prazer do homem, como os da mulher, eram considerados equitativos e socialmente úteis. O próprio Padre Anchieta escrevia em seus relatos: “sempre andam juntos”. (LOPES, FARIA FILHO e VEIGA, 2003, p. 80).

Nóbrega achava necessário que as índias recebessem instruções que pudessem colaborar de forma positiva nas questões sexuais. Nessa época, os colonos imigravam sozinhos para o Brasil deixando mulher e filhos em Portugal em busca do lucro fácil e abusavam sexualmente das índias.

Os padres jesuítas tinham o desejo de fundar “recolhimento”, nome dado na época a um lugar onde as mulheres aprendiam a arte de ler e escrever. Infelizmente, a rainha de Portugal, Dona Catarina, negou a iniciativa qualificando-a de ousada devido às “conseqüências nefastas” que o acesso das mulheres indígenas à cultura dos livros da época pudesse representar, pois as índias iriam se rebelar contra as imposições às quais eram submetidas, tanto pelos homens que as abusavam sexualmente, quanto pelas as mulheres brancas que as tratavam como escravas. Nesse momento da Colonização, a rainha de Portugal estaria evitando uma revolução política e social.

No século XVI, na própria metrópole, às mulheres portuguesas, na sua maioria analfabetas, às que tinham pouca leitura, destinava-se apenas os livros de reza. As meninas eram educadas em casa, não havia escola. Portanto para que oferecer educação para mulheres “selvagens”, em uma colônia tão distante e que só existia para render lucros aos portugueses? E, do ponto de vista sexual, as índias seriam mais um atrativo para os colonizadores em uma terra tão distante e sem lucros.

Apesar da negação da rainha, algumas indígenas conseguiram burlar as regras. Catarina Paraguassu, também conhecida como Madalena Caramuru, parece ter sido a primeira brasileira que sabia ler e escrever. Alguns autores afirmam que essa brasileira era filha de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, com a índia Moema ou Paraguassu. No dia 26 de maio de 1561, ela escreveu uma carta de próprio cunho ao Padre Manoel da Nóbrega (Lopes, Faria Filho e Veiga, 2003, p. 81).

No período colonial, a educação “letrada” estava reservada ao sexo masculino. Às meninas, era reservada a educação doméstica, sendo preparadas para o casamento e para ser propriedade privada, condenadas ao mundo doméstico, e subordinadas ao chefe da família. A participação social da mulher era reduzida às funções de reprodutora e educadora dos filhos.

De acordo com Lopes, Faria Filho e Veiga (2003, p. 82), a colônia brasileira do século XVI, tinha poucas mulheres portuguesas e a mulher branca virou um mito, aumentando o preconceito contra as negras e as indígenas, de condições submissas ao português. Aumentando assim a população dos mestiços (mamelucos

e os mulatos, que viriam a ser brasileiros), os jesuítas e a metrópole preocupavam-se em importar para o Brasil levas de mulheres brancas com o intuito de reprodução e fixação do padrão étnico europeu/branco.

Não tinha importância para a metrópole se elas fossem órfãs, ladras, prostitutas, alcoólatras ou mentalmente incapacitadas. Elas seriam as responsáveis pela perpetuação do domínio europeu, por meio da procriação dos portugueses. As mulheres brancas pelas palavras de Nóbrega seriam meras reprodutoras dos varões portugueses na Colônia, e sua educação existia com esse objetivo. Nos casamentos não havia laços afetivos e sim contratos econômicos acertados pelos pais, e na falta desse, pelo irmão mais velho.

A mulher branca colonial, das camadas abastadas, casava-se muito cedo. Geralmente quando ocorria a primeira menstruação, com 11 ou 12 anos de idade era acertado o casamento com homens de 40 ou 50 anos de idade. Com essa idade, conseguiam acumular fortunas ou herdar heranças paternas. Essas moças viviam geralmente escondidas nas “casas grandes” e a virgindade era vigiada pelo pai e pelos irmãos. O homem tinha que ter certeza que os filhos gerados eram dele, para herdarem seus bens. Nessa época, uma mulher desvirginada só tinha um caminho a seguir: a prostituição (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003).

Na sua maioria, essas mulheres eram sexualmente ignorantes. Muitas vezes conheciam o noivo dias antes do casamento, acertado entre os homens. Iam para sua lua-de-mel despossuídas de informações sobre sexo, cuja prática na realidade era um estupro concedido aos seus maridos. A Igreja Católica não lhes permitia prazer sexual, uma vez que o orgasmo era entendido como coisa do demônio.

Para se esquivar dos pais e dos maridos indesejáveis, desde que tivessem dotes, as mulheres da colônia ingressavam nos conventos. Também era essa a única alternativa para as que quisessem estudar. Uma mulher que não se casasse ou não fosse para o convento era considerada “encalhada”.

As mulheres passaram a ser educadas formalmente nos conventos, que surgiram no Brasil apenas na metade do século XVII. Normalmente, o ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música, das rezas, do órgão e dos trabalhos domésticos, principalmente no preparo de doces e flores artificiais.

As mulheres brancas ao se casarem, nunca se exercitavam, viviam sentadas ou deitadas. Quando saíam, acompanhadas sempre, andavam em carros puxados por escravos ou índios. Tinham o costume de comer doces açucarados, logo, perdiam os dentes muito cedo e também engordavam muito. Ao contrário das negras e das índias, às quais cabia o trabalho pesado, ficando assim com um corpo esbelto e com formas simétricas, que os seus maridos desejavam e com as quais se satisfaziam sexualmente.

O primeiro convento no Brasil foi fundado em 1678, denominado Santa Clara do Desterro, na Bahia. Foi considerado o mais luxuoso e o mais mundano pelos excessos cometidos ali. Algumas freiras com pouca idade e sem nenhuma vocação, vestiam por baixo de seus hábitos roupas íntimas impróprias para a época. O sentido do convento não era apenas a religião, mas também interesses econômicos ou morais: a fim dos pais evitarem a divisão da herança com genros e também para os maridos confinarem a esposa adúltera, para não matá-la. Essa instituição era reconhecida como prisão mística.

Segundo Aranha (1993, p. 95), em 1728, apenas doze meninas estudavam no Recolhimento de Santa Tereza (São Paulo), lugar onde as meninas se isolavam das outras com o intuito de aprender a serem diferentes das demais. A ênfase era dada ao ensino de prendas domésticas e rudimentos de leitura/escrita.

Depois da expulsão dos jesuítas (1759) e da implantação da Reforma Pombalina da Educação, em Portugal e em suas colônias, a instrução feminina pouco mudou de recitar preces de cor e calcular de memória, sem saber escrever as operações.

Os conventos continuam a crescer e os escândalos também. O que comprova o longo caminho que ainda percorriam as mulheres para serem compreendidas como seres atuantes na sociedade brasileira.

Duas mulheres se destacaram do Brasil Colônia para o Brasil Independente: a Imperatriz Leopoldina teve participação decisiva no “Dia do Fico” e também atuou na proclamação da Independência às margens do Rio Ipiranga em São Paulo. Maria Quitéria participou de diversas batalhas pela independência, vestida de homem. Seu sexo nunca foi revelado até que seu pai comunicasse este fato ao oficial

comandante da infantaria. Ela recebeu de D. Pedro I elogios e méritos pela bravura e coragem.

Segundo Aranha (1993, p. 92), algumas mulheres eram educadas em conventos fundados entre 1678 e 1685. Mas eram casos raros, como já foi mencionado.

Em 1815, com a vinda da Família Real ao Brasil, algumas preceptoras vindas da Europa e da Alemanha foram contratadas para educar as meninas em casa.

Em 1827, surgiram as primeiras escolas primárias e as contratações das mulheres para ocupar cargo de professoras e educadoras.

Em 1875, a Escola Normal em São Paulo oferece duas seções, uma para cada sexo, a fim de não se misturarem. As mulheres que freqüentavam a escola tinham interesses diferentes: algumas em busca de profissionalização e a maioria de famílias ricas, para melhorar sua formação enquanto aguardavam o casamento.

Em 1881, a primeira mulher é aceita na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em seguida, mais três se matricularam com a condição de que o pai ou uma senhora de idade as acompanhasse em sala de aula.

Até 1930, pouquíssimas mulheres são as que chegam aos cursos superiores e um número bem menor consegue concluí-los. Esse desinteresse pela profissionalização é justificado pelo fato de que estudar exige tempo e dedicação e a maioria delas foram educadas a valorizar e ter como meta principal em suas vidas o casamento.

De acordo com Aranha (1993, p. 91), nos anos 40, a filosofia francesa era destacada. Como pioneira na desmistificação da feminilidade. De fato, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Desde quando nascem, a cor rosa predomina nas vestes e objetos pessoais para as meninas e azul para os meninos. Os brinquedos são direcionados pelos pais com o passar do tempo, de acordo com a idade e o sexo. Os meninos são estimulados a conseguirem o que desejam, as mulheres são reprimidas e os desejos oprimidos. Tal situação vem quase sempre acompanhada da vontade de dar o grito

de liberdade, conquistar autonomia, realização pessoal, independência social e financeira.

Com a Revolução Industrial no Brasil, na década de 50, quando houve a necessidade de mão-de-obra operária e os colonos tiveram que abandonar suas casas no campo para morar na cidade, a mulher passou a ajudar no orçamento familiar, vendendo utensílios que elas mesmas faziam. Elas também passaram a dividir os bancos escolares com igualdade.

"No entrelaçamento das velhas forças do patriarcado com as do capitalismo, o resultado continua sendo desfavorável para a mulher" (Aranha, 1993, p. 95). Poder-se-ia pensar que, nesse momento, a mulher conquistaria sua autonomia, na medida em que fosse escolarizada, possuindo entendimento do que lia, com uma visão mais crítica do que se passava à época, como também a possível aceitação no mercado de trabalho. Contudo, a figura feminina no lar está entranhada na carne e na alma, consubstanciando a educação "doméstica" que lhe foi imposta pelos seus familiares. Mesmo quando a mulher trabalha dentro do lar ou fora dele ajudando no orçamento doméstico, atribui-se ao homem a figura principal do sustento familiar.

2 MULHER E MAGISTÉRIO

Desde 1815, a mulher começou a dar o primeiro passo para a sua independência, isso ocorreu quando saíram de sua terra natal para vir ao Brasil, como preceptoras das meninas da família real. Nesse momento da história da mulher, abriram-se as portas para o começo de uma carreira no magistério embora não se tivesse nesta época um conhecimento específico para este fim. Anos depois, em 1827, começaram a surgir as primeiras escolas primárias e as contratações de mulheres para ocupar o cargo de educadoras e professoras. Cargo esse que teve uma grande participação masculina pela proteção e os cuidados que os pais tinham para preservar a inocência e a integridade física e moral de suas filhas. Impedindo-as que tivessem qualquer aproximação com pessoas do sexo oposto.

Em 1875, foi fundada em São Paulo a Escola Normal, com turmas separadas por turno, dando oportunidade a ambos os sexos estudarem o magistério, já que no período colonial eram os homens que o exerciam.

De acordo com Demartini e Antunes (1993, p. 6),

> (...) com o passar do tempo - já nos últimos anos do Império - , a situação se alterou e, pouco a pouco as mulheres foram sendo admitidas na Escola Normal e acabaram por transformá-la num espaço predominantemente feminino.

Devido à afinidade entre carreira docente e a maternidade, o magistério ajudou a mulher a buscar significados sociais, além de ser mãe e mulher submissa, claro que essa compreensão foi tomando forma aos poucos de acordo com o seu crescimento intelectual.

Segundo Oliveira (s/d.),"o ingresso no magistério, significou para muitas, a oportunidade de prosseguir os estudos, ascendendo a graus mais elevados de formação". A profissão no magistério passou a ser cada vez mais dominada pelas mulheres devido à insatisfação dos homens pela baixa remuneração salarial, para que pudessem sustentar a sua família, cabia-lhes procurar profissões mais rentáveis. No mesmo sentido, Apple (1988), já havia percebido em suas pesquisas que a feminização no magistério se deve em grande parte do fato que os homens desprezaram essa profissão.

Conforme Schaffrath (2000), na Escola Normal, instituição de ensino cujo corpo discente era preferencialmente feminino, o mesmo não acontecia com o docente da escola, eles eram em sua maioria homens. Entende-se que, para as mulheres matriculadas na Escola Normal para cursar o magistério, o corpo docente era na maioria composto de homens formados com diplomas Universitários, ocupando cargos superiores . Para que as mulheres ingressassem na carreira do magistério primário não precisaria concluir o nível superior, já que era para ensinar e educar crianças, visto que esse dom já lhes pertencia ou fora imposto no seio familiar, assim pensava o governo da época em 1835.

De acordo com Oliveira (s/d),

> Uma vez que as escolas normais e os liceus criados para formar e profissionalizar as mulheres, repetiam as normas ditadas por uma

> sociedade extremamente masculina, que visava uma educação feminina voltada para o espaço doméstico (...), assim, as leis, os seguimentos das Escolas Normais, bem como os currículos, os programas, os livros didáticos e os manuais escolares foram construídos por educadores intelectuais, governantes e legisladores do sexo masculino.

Desta forma a normalização da educação feminina ficou sob o domínio dos homens, a Educação Básica para as mulheres e a superior para os homens, a fim de conservar a idéia de que as mulheres são seres inferiores e que continuam submissas, mesmo tendo uma escolarização e uma profissão remunerada.

A profissionalização da mulher no magistério passou a representar uma das poucas oportunidades das mulheres prosseguirem seus estudos além do primário. Acrescentando seus atributos femininos junto com a vocação materna, cresceu o interesse por essa profissão.

Acrescenta Strey (2001), citado por Santos (2009, p.23),

> Nesse sentido vários fatores confluíram para surgir a denominação "tia". Ser chamada de tia estabelecia ainda um vínculo com um ambiente doméstico (...).Trocar o termo mãe por tia faz-nos perceber que há mesmo uma predominância de mulheres no magistério e a sala de aula ainda é vista como um prosseguimento do lar.

Os estudos históricos no Brasil apontam que, o processo da feminização das séries iniciais da escolarização, o "Curso Primário", tem sido associado ao ingresso majoritário de mulheres no magistério. Em pleno século XXI, poucos homens se habilitam a ingressar a carreira do magistério por parte da cultura, do machismo e do preconceito que está embutido há séculos no seio familiar, onde cuidar, educar, ensinar, amar, brincar com crianças fazem parte da vocação e do universo feminino. Schaffrath (2000) argumenta que "o magistério se assemelhava ao sacerdócio devido à dedicação exigida e também esteve associado ao conceito de vocação, pela associação da função da primeira educadora dos filhos".

Trabalhar como professora primária é se sujeitar a uma baixa remuneração, fazendo parte do perfil vocacional de algumas mulheres. Contudo, nem todas as mulheres estão preparadas para assumir uma sala de aula primária. Portanto ser professora, ou mulher professora ou mãe professora, nem sempre foi a mesma coisa.

Em Sergipe, segundo Nunes (1984, p.129) citado por Santos (2009, p.54), “somente em 1877, é criada a Escola Normal para moças pelo presidente João Pereira de Araújo Pinto. A Escola começou a funcionar no Asilo Nossa Senhora da Pureza, em Aracaju (...). As meninas estudavam no asilo, enquanto os meninos no Atheneu Sergipense”.

Em Aracaju, a história do magistério na educação infantil não foi diferente dos outros estados do Brasil, com as mulheres penetrando com força nessa profissão, enquanto os homens saiam desestimulados pelos baixos salários. Portanto, segundo Nunes (1984), citado por Santos (2009), já em 1890, dos 111 professores primários mais da metade (67) eram mulheres.

De acordo com Santos (2009), em 1957, a Escola Normal Rui Barbosa passou a funcionar na Rua Laranjeiras em um bairro periférico [...], centro de formação pedagógica que, continuou recebendo predominantemente mulheres.

Durante essa trajetória da educação da mulher no magistério, as mulheres que se matriculavam nas Escolas Normais em busca de escolarização, profissão e independência eram de classe média e alta.

Conforme Louro (1989, p.37),

> Gradativamente, como parte de um movimento que já começou há alguns anos, os cursos de magistério são abandonados pelas moças das camadas médias e passam a ser freqüentadas pelos jovens de camadas sociais mais baixas.

Hoje percebemos que essa busca se atribui às mulheres de classe baixa em busca de um sonho, “o primeiro emprego”. Com a abertura de várias escolas da educação infantil elas podem trabalhar como auxiliares em sala de aula, e as de classe média e alta buscam outras profissões consideradas elitizadas, que supostamente são bem remuneradas concorrendo profissionalmente com os homens. Sendo um fato generalizado por todo o Brasil.

Neste sentido, o exercício do magistério pela mulher guarda relação com os papéis assumidos por ela em diferentes momentos sociais. Para compreender como esta relação interfere na atuação e na formação pedagógica hoje, cumpre discutir sobre a condição social da mulher na atualidade.

4 A CONDIÇÃO SOCIAL DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

Ao chegar em casa da sua jornada de oito horas de trabalho, o homem coloca as pernas para cima, lê jornal ou assiste TV, enquanto a jornada feminina só acaba quando suas forças físicas se esgotam.

De acordo com Vila Nova (2004, p. 208),

> Se hoje a mulher já conseguiu o acesso a muitas profissões durante muito tempo consideradas exclusivamente masculinas e conseguiu a equiparação dos seus salários em relação aos dos homens, por outro lado, não tem conseguido com facilidade eliminar outro tipo de discriminação na cultura fortemente machista...

Atualmente no século XXI, a mulher contemporânea, nesse sistema capitalista selvagem, cruel e desigual, está mais estressada, deprimida e propensa a doenças cardiovasculares, desequilíbrio emocional e outros. Visto que em alguns casos, a desigualdade salarial está clara nos contracheques em que estão designadas as mesmas funções que o homem exerce.

> Não há como ignorar o fato de que o grau de consciência das injustiças a que são submetidas as mulheres depende, embora não exclusivamente, do seu nível de instrução, o qual, por sua vez, decorre diretamente da renda da família... (VILA NOVA, 2004, p. 209).

Como a educação inicial (informal) depende exclusivamente da família, ou seja, a família solidificada com suas regras, costumes, tradições, independente das raízes culturais, esta é responsável pela formação do indivíduo.

Vimos que no período colonial as mulheres eram educadas de geração a geração para servir ao marido, filhos e cumprir com os afazeres domésticos. Esses atributos ainda são impostos principalmente nas classes menos favorecidas, em que um futuro de vida financeiramente melhor é visto num horizonte cada vez mais distante: ter uma educação formal, ingressar em uma faculdade federal ou privada, merecer um *status* na sociedade.

Com a atuação da mulher no mercado de trabalho desde a Revolução Industrial na década de 50, a estrutura familiar ficou um pouco comprometida, visto que a maioria dos homens não se preocupam muito com a relação entre família, lar, filhos e emprego, preocupação essa que ambos deveriam ter. Segundo Lakatos e

Marconi (1999, p. 320), família é um grupo de parentesco bilateral. Ela constitui a estrutura da sociedade. Isso quer dizer que a educação dos filhos não depende apenas da mulher, essa responsabilidade cabe aos pais.

Essa estrutura familiar está sendo dilacerada, deteriorada passando a ser não raro uma instituição falida por falta de compromisso, causado por vários fatores sociais. Nesse caso, a mulher é sempre a vítima nessa guerra tão desigual entre homens x mulheres, seja ela consciente de sua posição na estrutura de classe da sociedade e de nível escolar e social mais alto, como também aquela inconsciente, menos escolarizada, operária, doméstica, etc.

No decorrer dos anos, a mulher foi conquistando seu espaço no mercado de trabalho e na sociedade. Em muitos casos, isto deixou de ser uma conquista, uma satisfação pessoal para ser uma obrigação em garantir o sustento parcial ou total da sua família. A mulher, “mãe”, afasta-se de casa e dos cuidados com os filhos colocando em risco a formação dos mesmos.

Muitos meninos, principalmente de famílias empobrecidas, assumem muito cedo os afazeres domésticos e os cuidados com os irmãos menores prejudicando a sua formação comportamental, psíquica e escolar. Muitas meninas para ajudar no sustento familiar são obrigadas desde cedo a trabalhar como domésticas em casas de família e são na maioria das vezes desrespeitadas sexualmente, correndo o risco de uma gravidez indesejada e de alto risco, devido à imaturidade dos órgãos reprodutores. Em circunstâncias como essas, começa o dilema psicológico: abortar, doar, ou criar o filho.

Meninas de todas as idades são violentadas sexualmente por parentes próximos ou não raro, pelo próprio pai, que por loucura ou machismo esquizofrênico acham que são propriedade sua.

De acordo com Lakatos e Marconi (1999, p. 321), partos de jovens adolescentes entre 10 e 19 anos passam de 22,3% dos casos do SUS (Sistema Único de Saúde), entre 1993, para 26,5% em 1997.

A família, que deveria ser um porto seguro para essas crianças, passa a ser um lugar que coloca em risco a segurança física e emocional de seus membros. A

manifestação da agressividade e violência em seus lares levam as mulheres, crianças e adolescentes a saírem de casa passando a ser delinqüentes, consumindo drogas. Na maioria das vezes, por conseqüência, entram na vida do crime, roubam, matam e se prostituem colocando em risco a sua integridade física, moral e a própria vida.

Segundo Vila Nova (2004, p.211), a partir da década de 60 surgiu o movimento a favor dos direitos da mulher, que tem conseguido se impor como amplo movimento social, sério e conseqüente.

As mulheres estão reivindicando seus direitos, o acesso às profissões tradicionalmente exclusivas dos homens, bem como a igualdade salarial. Através desses movimentos, elas lutam para realizar as suas vontades e por condições de igualdade no mercado de trabalho. São desejos coletivos de mulheres que perderam sua identidade e de mulheres que ainda nos tempos atuais lutam para não perdê-la.

Nos países subdesenvolvidos 60% das mulheres fazem o trabalho tradicional – doméstico (TURNER, 1999, p.130) . O mesmo modelo prevalece nos países modernos desenvolvidos. Aos poucos a mulher vai derrubando essa divisão de trabalho e de tarefas domésticas, quando a sociedade se der conta da sua contribuição financeira na economia do país e na família. Aos poucos ela vai ganhando, força, espaço e respeito. Já podemos perceber alguns sinais de mudança. No mundo contemporâneo e globalizado, há um certo grau de escolarização e capacitação para executar tarefas em campos tradicionalmente dominados pelos homens – administração de empresas, ciência da computação, odontologia, engenharia, direito, medicina, engenharia civil, elétrica e hidráulica, mestre de obras, mecânica, como também no campo político.

Segundo Turner (1999, p. 131), leis antidiscriminação têm reduzido a discriminação contra as mulheres em empregos operários dominados pelos homens, embora os homens ainda mantenham sua posição de forma esmagadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, em pleno século XXI, a história de vida de algumas mulheres do passado se repete nos dias atuais. Diante de tanto sofrimento, humilhação, opressão e agressão só lhes resta a submissão, principalmente as mulheres que pertencem à classe de menor poder como notadamente nos paises de tradição étinico-religiosa mulçumana, em que a questão social da mulher nem é cogitada.

Para que se possa rever essas questões, é preciso todo o reaparelhamento da sociedade como também dos governantes e, o que é principal, uma mudança total de mentalidade quanto aos papéis do homem e da mulher, para que estes desfrutem dos mesmos direitos e deveres, transformando essa relação de dominação, num outro tipo de relação: com integração verdadeira, ambos merecendo o mesmo reconhecimento social e a mesma dignidade. Pensamento esse que os primeiros habitantes do Brasil – os índios – já tinham há mais de cinco séculos atrás.

O crescimento intelectual, a cultura, conforme Lakatos e Marconi (1999, p.306) “alteram a mentalidade, abrem novas perspectivas, modificam atitudes básicas e transformam a sociedade pela aplicação dos conhecimentos científicos a todos os campos da vida social”.

Os impulsos da mulher moderna, contemporânea de se incluir em uma sociedade machista sem dúvida alterarão as crenças culturais, os costumes, as tradições e políticas na área educacional. Percebemos que isto ocorre de forma lenta, mas estas mudanças já estão acontecendo no seio de várias instituições.

A história sempre foi contada por homens sobre outros homens, relegando a atuação feminina a um papel coadjuvante nessa construção, salvo pequenos destaques. A participação feminina na construção da história do país é de grande importância, passando pela índia, escrava, senhora, proprietária, operária, nobre, professora, esposa, mãe, prostituta, bóia fria, política, terminando na mulher atual, emancipada e dona de seu destino. E nesse processo de construção da identidade feminina a educação, especialmente nos primeiros anos da escolaridade, assume papel fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação.** 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Moderna, 1993.

APLLE, Michael W. **Ensino e trabalho feminino :**Uma Análise Comparativa da Historia e Ideologia, In: Caderno Pesquisa. São Paulo (64) : 14-23 1998

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2. ed. ver. Atual. São Paulo: Moderna, 1993.

DEMARTINE, Zélia de Brito Fabri & Antunes, Fátima Ferreira . **Magistério Primário**: Profissão Feminina, Careira Masculina, In : Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 86, p 5-14, agosto, 1993.

LOURO, Guacira Lopes . **Magistério do 1º grau :** Um Trabalho de Mulher , In : Revista Educação e Realidade. Porto Alegre : 14 (2) : 31-39, junho/ dezembro, 1998

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Sociedade geral.** 7. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, Eliana Matos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greire. **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntico, 2003.

OLIVEIRA, Viviane Macilheta Morais. **Ingresso no Magistério e Formação de Professores**: Uma Historia de Conquista e Desafios. [s.l. : s.a] . Disponível em : < http://meuartigo.ola.com/ educação/ingresso-no-magistério-formação-professor-uma-historia - . htm – 53 k >. Acesso em : 16 de maio. 2009, 11:26

SCHAFFRATH , Marlene dos Anjos Silva : **Profissionalização do Magistério Feminino** : Uma História de Emancipação e Preconceitos. [s.l.]. Revista da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa. 2000. Disponível em < http : // www.amped.org.br./ reuniões/23/textos/0217t.PDF

SANTOS, Elza Ferreira. **Mulheres entre o lar a escola** : Os porquês do magistério – São Paulo : Annablume, 2009

TURNER, Jonathan. **Sociologia:** conceitos e aplicações. Tradução: Márcia Marques Gomes Navas. São Paulo: MARRON Books, 1999.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia.** 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2004.